

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP
 02598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 2439
 CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX)
 Fax N° (011) 3856-2940

Marcados descompassos

*
**PEDRO S.
 MALAN**

OBrasil é um país extraordinário em sua rica diversidade e enorme potencial, mas é também um país complexo de entender e difícil de administrar – como cedo ou tarde percebem aqueles que se dispõem a fazê-lo. Há custos de aprendizado, que levam os governantes a um gradual reconhecimento da existência dos limites do possível às suas ações no relativamente curto prazo de seus mandatos.

O fato é que no Brasil de hoje convivem, em mutante simbiose, partes modernas (que adquiriram expressão relevante) e partes anacrônicas (que não podem ser subestimadas). Talvez por isso, o Brasil não comporta mais variantes de messianismos salvacionistas, voluntarismos extremados e improvisados exercícios de autoridade. Mesmo quando o governo tem popularidade e exibe avassaladora maioria no Congresso Nacional – embora exigindo complexas concessões da parte do Executivo.

Na raiz desse aparente paradoxo está uma questão de fundo colocada com a clareza habitual por José Murilo de Carvalho: “A construção de uma democracia sem República me parece pouco viável. República significa coisa pública, virtude cívica (...), exige predomínio da lei, igualdade perante a mesma, ausência de privilégios e hierarquias sociais, cidadãos ativos, governos responsáveis e eficientes (...). República é incompatível com patriomonialismo, clientelismo, nepotismo e fisiologismo”.

Escrive o autor: “Pode-se argumentar, como muitos fazem, que nossa democracia não precisa de República, que aos trancos e barrancos vamos construindo a inclusão política e social, e que preocupação com honestidade política, bom governo, valores cívicos e instituições respeitadas é moralismo pequeno-burguês”. Mas – como José Murilo – espero que possa haver um número crescente de brasileiros que discordem dessa postura.

“Os eleitores é que dirão”, essa é a aposta (legítima) que fez o governo ao se lançar com armas e bagagens e antecedência de quase dois anos na campanha de sua reeleição. Com a convic-

ção de que esses eleitores votarão com o bolso. E que, portanto, os altos níveis de emprego e a evolução da renda disponível das famílias decidiriam por antecipação as eleições do ano que vem. Como disse um ministro em campanha, “para o povo, PIB é emprego e renda”, ou seja, o que conta é o crescimento da renda real das famílias nos períodos que antecedem à eleição. O resto seria o resto, de menor importância relativa para aqueles que estão com os olhos ora fixados apenas no resultado de outubro de 2014.

Pois bem, o resto não é o resto. Paul Krugman, o influente Prêmio Nobel de Economia, tinha e tem toda a razão ao escrever, já lá se vão mais de duas décadas: “A capacidade que tem um país

As intenções de gasto doméstico excedem em muito a capacidade doméstica de atendê-las

de melhorar os padrões de vida de sua população ao longo do tempo depende quase que inteiramente (*almost entirely*, no original inglês) de sua capacidade de aumentar o seu produto por trabalhador” – isto é, a produtividade de sua economia.

Como bom economista, Paul Krugman nota que isso exige capital, trabalho, tecnologia e inovação. E também discute por que a ideia de produtividade, por ser tida como complexa, não é fácil de ser levada à arena política e ao debate público. Mas insiste com a frase famosa, após analisar cinco maneiras de aumentar o consumo por habitante de um país (qualquer que seja): “A produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo”.

Em pesquisa recente, ainda por publicar, Regis Bonelli e Julia Fontes retomam o tema krugmaniano da sustentabilidade ao longo do tempo de marcados descompassos entre intenções de gasto em consumo e restrições de oferta derivadas de problemas de baixa produtividade. Os autores adotam uma perspectiva de longo prazo (de 1980 a 2010, com projeções tentativas para 2010-2020), com especial atenção conferida à nossa extraordinariamente rápida transição demográfica.

Regis Bonelli e Julia Fontes mostram que nosso crescimen-

to futuro estará ainda mais dependente de aumentos de produtividade e, simultaneamente, ainda mais limitado pelos efeitos de nossa nova demografia sobre a oferta de trabalho. Como já se disse, o Brasil está correndo o risco de ficar velho antes que chegue aos níveis de renda per capita próximos dos que desfrutam hoje os países desenvolvidos.

Mas a economia brasileira enfrenta hoje outros descompassos que não são de tão longo prazo, embora não menos relevantes para o nosso futuro: as intenções de gasto doméstico – público e privado, em consumo e investimento – excedem em muito a capacidade doméstica de atendê-las, dadas as intenções de poupança pública (que é negativa) e de poupança privada (que é relativamente reduzida).

O resultado dos processos de ajuste a este descompasso é sempre – ex-post – uma cambiante combinação de pressões inflacionárias, déficits de balanço de pagamentos em conta corrente (expressando a necessidade de poupança externa) e, quando existe financiamento, endividamento adicional de famílias e do governo. Este descompasso exante, quando significativo e prolongado, afeta as expectativas quanto ao curso futuro do câmbio, dos salários e dos juros – e, portanto, do investimento e do crescimento futuro.

Nos próximos 19 anos de vida do Real, nós teremos nada menos do que cinco eleições presidenciais: 2014, 2018, 2022, 2026 e 2030. E uma eleição presidencial é sempre, talvez, uma oportunidade para que o País possa tentar aprofundar e melhorar a qualidade do debate público *informado* sobre crescimento, emprego e renda, com foco na imperiosa necessidade de aumentar, em muito, a produtividade e a competitividade internacional de suas empresas e a eficiência operacional do governo na gestão da coisa pública – aí incluídos os investimentos em infraestrutura e na melhoria da qualidade da educação, áreas nas quais há ainda muito, mas muito mesmo, o que fazer nos anos à frente.

*
 ECONOMISTA, FOI MINISTRO DA FAZENDA NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
 E-MAIL: MALAN@ESTADAO.COM.BR